



## **MULHERES PRETAS NA RESISTÊNCIA: A RELAÇÃO ENTRE O MULHERISMO AFRICANA E AUTO ORGANIZAÇÃO DE MULHERES PRETAS NO ESTADO DE SERGIPE**

Tayane Michele Santos Rocha<sup>1</sup>

Érica Maria Delfino Chagas<sup>2</sup>

Ilzver de Matos Oliveira<sup>3</sup>

1 Mestranda em Direitos Humanos – bolsista CAPES (UNIT/SE). Integrante do grupo de Pesquisa GPPDH – Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos - CNPq (2018-atual). Membro da Sociedade de Estudos Éticos, Políticos, Sociais e Culturais – Omolàiyé. Bacharela em Direito (UNIT/SE). E-mail: tayanemichele@hotmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1160652726440912>.

2 Advogada. Mestranda em Direitos Humanos – bolsista CAPES (UNIT/SE). Bacharela em Direito (UNIT/SE). Integrante do grupo de Pesquisa GPPDH – Políticas Públicas de Proteção aos Direitos Humanos - CNPq (2018- atual). E-mail: ericamdelfino@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7114449553122578>.

3 Professor do Mestrado em Direitos Humanos da (PUC/PR). Doutorado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Mestrado em Direito pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestrado em Direito e Sociologia pela Universidade de Coimbra (UC-Portugal). Graduação em Direito pela Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: ilzver.matos@souunit.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4770751511233073>.

O presente artigo é resultado da pesquisa desenvolvida nos anos de 2018 a 2019 por, até então, discentes do curso de Direito da Universidade Tiradentes e alunas do Ensino Médio do colégio Estadual Petrônio Portela, em comunidades predominantemente negras do estado de Sergipe, sob orientação do Prof. Dr. Ilzver de Matos Oliveira. Essa pesquisa foi anteriormente publicada em versão prévia no livro “Povos originários e comunidades tradicionais”, portanto, esta é uma versão ampliada e atualizada dos resultados obtidos. O Mulherismo Africana, teoria epistemológica de Cleonora Hudson Weems, surge da necessidade de demonstrar a existência de uma pluralidade de práticas realizadas por mulheres africanas no continente e na diáspora, que se relacionam diretamente com o legado ancestral. Weems enfatiza que, diferente de outras teorias que dialogam com as questões do gênero feminino, ela não a criou ou descreveu regras do que seria necessário para ser uma mulherista africana, apenas observou aquilo que era realizado por mulheres africanas e nomeou; portanto, esta não segue um padrão e é consumada apenas pela desenvoltura cotidiana de costumes passados por mulheres negras de geração para geração. A pesquisa que originou este artigo buscou seguir o princípio utilizado por Weems: dedicou-se a observar a presença de práticas que dialogassem com essas raízes ancestrais em comunidades pretas no Estado de Sergipe. Dessa forma, foram selecionadas três comunidades: o Bairro 17 de março localizado na capital Aracaju, a cidade de Laranjeiras e o quilombo da Mussuca, no povoado de Laranjeiras, todos no Estado de Sergipe, no Brasil.

**Palavras-chave:** Comunidades. Mulherismo Africana. Extensão universitária.

This article is the result of research carried out in the years 2018 to 2019 by, until then, students of the Law course at Tiradentes University and high school students at the Petrônio Portela State School, in predominantly black communities in the state of Sergipe, under the guidance of Prof. Dr. Ilzver de Matos Oliveira. This research was previously published in a previous version in the book “Original Peoples and Traditional Communities”, therefore, this is an expanded and updated version of the results obtained. African Womanism, an epistemological theory by Cleonora Hudson Weems, arises from the need to demonstrate the existence of a plurality of practices carried out by African women on the continent and in the diaspora, which are directly related to the ancestral legacy. Weems emphasizes that, unlike other theories that dialogue with women’s issues, she did not create or describe rules of what it would take to be an African womanist, she just observed what was accomplished by African women and named it; therefore, this does not follow a pattern and is consummated only by the daily resourcefulness of customs passed down by black women from generation to generation. The research that originated this article sought to follow the principle used by Weems: it was dedicated to observing the presence of practices that dialogued with these ancestral roots in black communities in the State of Sergipe. Thus, three communities were selected: Bairro 17 de Março located in the capital Aracaju, the city of Laranjeiras and the Quilombo da Mussuca, in the village of Laranjeiras, all in the State of Sergipe, Brazil.

**Keywords:** Communities. African womanism. University Extension.

Este artículo es el resultado de una investigación realizada en los años 2018 a 2019 por, en este entonces, estudiantes de la carrera de Derecho de la Universidade Tiradentes y estudiantes de secundaria de la Escuela Estatal Petrônio Portela, en comunidades predominantemente negras en el estado de Sergipe, Brasil, bajo la guía del Prof. Dr. Ilzver de Matos Oliveira. Una versión previa de los resultados preliminares de esta investigación fue publicada en el libro “Pueblos Originarios y Comunidades Tradicionales”; por lo tanto, esta es una versión ampliada y actualizada de los resultados obtenidos. El “mujerismo africano”, un abordaje epistemológico de Cleonora Hudson Weems, surge de la necesidad de demostrar la existencia de una pluralidad de prácticas realizadas por mujeres africanas en el continente y en la diáspora, las cuales están directamente relacionadas con el legado ancestral. Weems enfatiza que a diferencia de otras teorías que dialogan con temas del género femenino, ella no creó ni describió reglas de lo que se necesitaría para ser una “mujerista africana”, solo observó lo que hacían las mujeres africanas y lo nombró. Por lo tanto, ella no obedece a un patrón y se consume con la facilidad diaria de las costumbres transmitidas por las mujeres negras de generación en generación. La investigación que originó este artículo buscó seguir el principio utilizado por Weems: se dedicó a observar la presencia de prácticas que dialogaban con estas raíces ancestrales en comunidades negras del Estado de Sergipe, Brasil, por lo que se seleccionaron tres comunidades: El barrio 17 de Março ubicado – en la capital Aracaju, la ciudad de Laranjeiras y el quilombo da Mussuca, en el pueblo de Laranjeiras.

**Palabras clave:** Comunidades. Mujerismo africano. Extensión Universitaria.

## INTRODUÇÃO

“Quando vi vocês no portão, pensei: oiá, é todo mundo de casa!”

S.

A trajetória da pesquisa iniciou no bairro 17 de março localizado na Zona Sul do município de Aracaju/SE, no Brasil. Objetivando fazer o reconhecimento territorial do local, num primeiro momento, optou-se por conversar com a população para observar melhor as práticas que eram desenvolvidas por mulheres negras, de diferentes faixas etárias, que pudessem ser facilmente associadas à africanidade. É importante ressaltar que a escolha da frase acima evidenciada não foi por acaso, a pesquisa foi estruturada partindo do princípio da genuína irmandade no feminino, de mulheres negras com mulheres negras para a comunidade. A frase foi dita por uma das participantes do projeto de extensão “Mulherismo Africana: o resgate da visibilidade social da mulher afro-brasileira” quando se viu cercada de mulheres negras reconhecendo a familiaridade entre as suas existências.

A pesquisa foi ancorada, em suma maioria, em alguns conceitos já pré-estabelecidos e discutidos pelos seguintes autores negros: o “Mulherismo Africana” de Cleonora Hudson Weems, o “berço civilizatório matriarcal” de Cheick Anta Diop e as “escrivivências” de Conceição Evaristo. Todas as temáticas foram abordadas em atividades realizadas em espaço aberto e conexão direta com a comunidade.

O Mulherismo Africana é uma temática muito recente no Brasil, mas, em larga escala, é possível observar a sua potente existência em comunidades quilombolas e lugares onde há, predominantemente, a presença de pessoas negras. Por não ser de cunho terminológico ou meramente acadêmico, foi necessário ir a campo para tornar evidente a forma que as mulheres negras na diáspora reproduzem o legado ancestral africano, mesmo diante de todas as adversidades que são diariamente inseridas, seja em uma posição de invisibilidade ou, muitas vezes, vulnerabilidade social.

O manuseio de ervas com poder de

cura, a culinária típica e direcionada ao tratamento dos corpos negros adoecidos pela ocidentalização da alimentação, os aspectos de criação das crianças, o cuidado com a comunidade ou a vizinhança, a casa sempre cheia ou até mesmo a comida servida para a visita, apontam, ainda que singelamente, a existência das práticas do Mulherismo Africana. A mulher negra exerce um papel extremamente fundamental em sua comunidade, mas isto não a coloca numa posição de superioridade diante do homem negro. Os valores ancestrais consideram a união entre homens e mulheres negras um elo fundamental para o bom funcionamento da comunidade.

A teoria do Mulherismo Africana adentra numa perspectiva estritamente prática pois, por essência, busca centralizar todos os fatores culturais, históricos e econômicos que foram deslocados sob condições que insurgem a diáspora. O Mulherismo Africana reafirma a afrocentricidade, constituída a partir do ato de centralizar, instituído do conceito de unificação cultural, que serve como um alicerce de movimentação atuante na reconstrução das crenças e valores africanos para restauração da visão do povo africano em diáspora, através do pensamento de grandes ativistas sociais, anteriores a Diop, mas que já vinham reafirmando as conquistas e a grandeza africana, distante do mundo acadêmico e anterior a suposta conquista europeia.

Dessa forma, não se pode afirmar que a prática do Mulherismo Africana se restringe para o benefício de mulheres negras, uma vez que ela direciona para a união de homens negros e mulheres negras não só para o enfrentamento dos racismos, mas também resgata tradições africanas, idealizando uma sociedade na qual provém de um cerco de quilombismo. Assim, as atividades realizadas pelo projeto objetivam centralizar as relações dos círculos familiares comunitários numa narrativa de emancipação diante da estruturação social que circunda a mulher negra e com foco na promoção da afrocentricidade.

## 1 O MULHERISMO AFRICANA COMO MEIO ALTERNATIVO À SUBJETIVIDADE DA MULHER DE ASCENDÊNCIA AFRICANA

Nenhum povo, nenhuma civilização e nenhum grupo social detêm a verdade absoluta ou a universalidade dos saberes e, portanto, não podem definir qual a forma correta das estruturas sociais. A ideia de universalidade da humanidade é uma barreira às epistemologias, pois trata-se de um conceito largamente insuficiente para a pluralidade das sociedades. Nesta primeira seção, iremos tratar da construção social do gênero e raça, da organização das mulheres de ascendência africana e também da não representação universal do feminismo como um ideal ímpar.

A mulher negra e o homem negro na diáspora africana têm sua existência constantemente violada em razão da historicidade do seu corpo. No Brasil, o corpo negro é um corpo não desejado, é um corpo que é o alvo do embranquecimento, das violências físicas e psicológicas e dos genocídios. Pensar no corpo da mulher negra como um corpo meramente atingido pelas problemáticas de gênero, é ignorar a subjetividade racial que implica em todas as esferas de sua vida. Há de se evidenciar que “o patriarcado europeu está na base das desigualdades sociais do Ocidente que afetam as mulheres e os homens africanos de forma igualmente perversas” (DOVE, 1998, p.5)

As implicações de gênero que dão origem ao feminismo foram construídas a partir de uma lógica ocidental, que compreende homens e mulheres como categorias opostas, em razão do caráter biológico dos seus corpos, assim, as divisões hierárquicas são pré-estabelecidas apenas como consequência da observação do masculino e do feminino. Oyèwùmí (2021) traz uma reconfiguração do pensamento hegemônico ocidental a respeito do corpo e da construção do gênero com a representação do gênero nas sociedades africanas:

Na sociedade iorubá, pelo contrário, as relações sociais derivam sua legitimidade

dos fatos sociais e não da biologia. Os meros fatos biológicos da gravidez e parto importam apenas em relação à procriação, como devem ser. Fatos biológicos não determinam quem pode se tornar monarca ou quem pode negociar no mercado. Na concepção autóctone iorubá, essas questões eram questões propriamente sociais, e não biológicas; portanto, a natureza da anatomia não definia a posição social de uma pessoa. Consequentemente, a ordem social iorubá requer um tipo diferente de mapa, e não um mapa de gênero que pressupõe a biologia como a base do social. (OYÈWÙMÍ, 2021, p. 42).

Cleonora Weems (1997) destaca a importância de o povo preto criar suas próprias referências a partir do seu próprio contexto cultural, qual seja, a matriz africana, para que não incorra no erro de permitir que pensadores europeus ditem teorias estranhas às particularidades do povo africano. Pensando nisso, o Mulherismo Africana não se apresenta como um segmento do feminismo ou um adversário deste. O Mulherismo parte de uma conjuntura afrocêntrica que situa o povo preto como agente na análise das realidades e busca soluções para os problemas a partir da localização da sua própria agenda.

É oportuno enfatizar que localizar se refere ao lugar de onde é feita uma narrativa, desde onde as práticas e posições emergem, às referências e valores que orientam e organizam atividades políticas e de pesquisas. A agência diz respeito à capacidade de utilização dos recursos intelectuais e políticos na redefinição dos papéis dos povos, mulheres e homens africanos como protagonistas nos diversos processos de produção de conhecimento e participação na construção das civilizações humanas. Portanto, em certa medida, localização e agência são indissociáveis. (NOGUEIRA, 2010, p.4)

Assim, conforme Njeri e Ribeiro (2019, p. 600), o Mulherismo Africana valoriza a mulher negra, indo de encontro à perspectiva eurocêntrica e colonizadora que a coloca em lugar de inferioridade e submissão social com base na raça e gênero. A mulher negra e, consequentemente o povo negro, por

meio do aquilombamento<sup>4</sup> e da história e ascendência matriarcal que os cercam, mantém vivos aspectos africanos que são sinônimo de resistência às violências sofridas.

Ou seja, a mulher negra brasileira, ainda de acordo com as autoras, resgata um papel importante “como líderes na luta pela recuperação, reconstrução e criação da integridade cultural negra, que defenda os princípios keméticos de Maat, de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, integridade e ordem”. (NJERI; RIBEIRO, 2019, p. 600).

E o Mulherismo Africana apresenta-se como a própria realidade vista e, principalmente, vivida pelo povo preto e pelas mulheres negras da diáspora africana. Não se confunde com o feminismo e com demais teorias que têm como prioridade as questões de gênero, pois vai além desse aspecto. Algo que Dove (1998, p. 8) discute ao tratar sobre o conceito de matriarcado e a relação entre o feminino e masculino, pois de acordo com ela na perspectiva africana ela não se apresenta estritamente hierárquica, ao contrário, é complementar.

Aspectos como a família, ideia de comunidade - que pode ser entendida desde as comunidades periféricas aos terreiros de religiões de matriz africana e aos quilombos -, valorização do feminino e da mulher como gestora de si e dos seus, a espiritualidade são palpáveis e presentes na realidade da

4 O termo “aquilombamento” vem da palavra quilombo, no seu sentido prático e também ideológico. Beatriz Nascimento (1985) foi uma importante estudiosa sobre os quilombos em sua completude, questionando e estudando as maneiras com as quais negros utilizam do fenômeno de “aquilombar”, do quilombo como prática, meio de resistência, manutenção de conhecimento, saberes e fortalecimento. Tudo diretamente relacionado com as práticas coletivas e ancestrais comuns às vivências e diversas manifestações culturais negras. É possível compreender mais sobre em seu artigo publicado em 1985 de título “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra”.

maioria das famílias brasileiras, que são negras. E o Mulherismo mostra que, para além de uma nomenclatura própria que o distancia de demais teorias, é a prática cotidiana e ancestral. (URASSE, 2019, p. 302)

Algo que é necessário para as vivências negras é a questão do corpo. Gomes (2003, p. 171), ao dissertar sobre o olhar sobre o corpo preto, o cabelo crespo e a identidade negra no Brasil, discute como a sociedade brasileira enxerga o corpo negro de forma negativa, fazendo-o negar a si próprio. Portanto, se autoafirmar, valorizar e manter a autoestima sendo uma pessoa negra por si só já é um ato de resistência. Não apenas as mulheres negras, mas todo corpo negro, inclusive as crianças são alvos dessa visão pejorativa que atravessa seus corpos tão cedo.

O povo negro, enquanto excluído socialmente, está em uma eterna busca pela construção da sua unidade. Algo que, atualmente, continua sendo impulsionado pelos movimentos negros contemporâneos, já que é perceptível a necessidade do “resgate de sua cultura, do seu passado histórico negado e falsificado, da consciência de sua participação positiva na construção do Brasil, da cor de sua pele inferiorizada [...]”. (MUNANGA, 2010, p. 446)

Assim, ressalta-se a importância de uma teoria que privilegia as particularidades de uma forma geral.

## 2 PRÁTICAS ANCESTRAIS EM COMUNIDADES SERGIPANAS

O projeto de extensão iniciou seu desenvolvimento efetivo no conjunto habitacional 17 de março, situado na cidade de Aracaju, no ano de 2018, logo após um intenso estudo sobre a comunidade local, bem como das teorias que foram apresentadas na seção anterior. As entrevistas e atividades desenvolvidas com as mulheres forneceram um escopo satisfatório para a demonstração dos resultados que serão aqui expostos. A pesquisa teve como objetivo de estudo evidenciar a existência do Mulherismo

Africana em comunidades sergipanas, a fim de sustentar a predominância da cultura negra no estado, bem como o apagamento desta na história de Sergipe.

Iniciamos as entrevistas abordando mulheres de porta em porta conforme havia sido estipulado anteriormente, e as entrevistas foram realizadas no bairro 17 de março em quatro sábados consecutivos. Nos primeiros sábados conhecemos cerca de vinte mulheres e ambas com histórias muito parecidas, que trouxeram notoriedade às questões estigmáticas da vivência das mulheres negras em áreas de vulnerabilidade social. A estrutura da mulher periférica é composta por força e motivada pela busca de proporcionar melhorias de condições aos seus, assim como suas ascendentes também tentaram, evidenciando um ciclo infinito e aparentemente sem escapatória. Ambas buscavam a mesma saída, mas que é materializada em uma porta estreita e cheia de desafios e empecilhos, que triplicam e aumentam os níveis de dificuldade a cada barreira vencida.

Muitas das entrevistadas suscitaram o esquecimento destas como indivíduos tanto por parte do poder público como da sociedade. A invisibilidade da população periférica alcança ostensivamente as mulheres negras, primeiro por serem maioria nessas áreas subalternas, pois muitas vezes os seus companheiros, filhos e irmãos encontram-se encarcerados ou precisam se distanciar do círculo familiar em busca de trabalho que proporcione melhor dignidade de vida. E segundo porque é direcionado a essas mulheres o papel de serem nutridoras do seio familiar. A questão negativa aqui apresentada não se refere aos papéis que são direcionados às mulheres negras, pois estas não apresentam críticas ao fato de serem as protagonistas no seio familiar, mas, sim, às oportunidades de crescimento econômico que são negadas em razão de diversos fatores associados.

A primeira hipótese levantada e observada a partir da narrativa das 20 (vinte) mulheres negras entrevistadas é que não existem programas que as auxiliem na busca por melhorias salariais, e, tampouco, cursos preparatórios para ingressarem no mercado

de trabalho a partir de uma qualificação profissional. A segunda questão levantada é a do racismo, da rejeição dos seus corpos negros nos espaços que conseguem alcançar.

Em razão disso, o projeto de extensão na comunidade 17 de março objetivou não apenas captar informações para aspectos acadêmicos, mas também restabelecer a autoestima, não apenas estética, mas a autoestima relacionada à auto determinação com o resgate da identidade social e cultural.

## 2.1 A IRMANDADE GENUÍNA NO FEMININO E CENTRALIDADE NA FAMÍLIA NO CONJUNTO HABITACIONAL 17 DE MARÇO

O projeto de extensão Mulherismo Africana teve como objetivo ir além da externalização do conhecimento dos muros da universidade. Através dele, foi possível a troca de conhecimento entre o povo preto, o despertar para o autoconhecimento como indivíduos negros e a sua identidade. Ademais, buscou conectar e proporcionar a troca de vivências entre mulheres negras que vivem à mercê de um sistema seletivo e marginalizador. Assim, conseguiu recuperar a autoestima de mulheres negras, o despertar da sua ancestralidade e da unidade do povo preto na diáspora.

O trajeto de entrevistas percorreu longos caminhos na história da ancestralidade e do autorreconhecimento identitário. A deficiência do sistema não é só não ver, não é apenas não reconhecer. É não ouvir tudo que elas têm para acrescentar e questionar. Nesta seção, antes de mergulhar nas atividades que foram realizadas durante a execução do projeto, iremos transcrever um breve relato sobre a entrevista com 3 (três) mulheres de diferentes faixas etárias.

Começamos as entrevistas com a senhora M.R.P.S, 53 anos, e com marcas internas que a vida árdua a trouxe. O semblante que carrega um sorriso é o mesmo que traz cicatrizes do sol. M.R.P.S teve 4 filhos. Começou a trabalhar aos 9 anos,

nunca foi à escola. Enquanto contava sua história, retratou frases de empoderamento e independência. M.R.P.S fez questão de demonstrar no decorrer da conversa que, mesmo sem saber escrever seu próprio nome, tinha uma boa desenvoltura com cálculos.

M.R.P.S se propôs, de forma afetiva, a ajudar a encontrar outras mulheres enquanto fazíamos o caminho até a casa da sua filha, que morava em um barraco de lona e madeira, nas Mangabeiras - uma ocupação conhecida como “a favela”.

No caminho, encontramos S.J.N de 13 anos e a sua mãe M.A.J.N, 42 anos que, junto às expressões de desconfiança, demonstrava a necessidade de expor os empecilhos que enfrentavam. Após escutar a explicação do sentido do projeto, esta se propôs a contribuir, e revelou que sua filha, S.J.N de 13 anos, havia casado há pouco tempo, e que não teve muito o que fazer sobre a situação, mas que se mantinha próxima à filha para intervir em situações do relacionamento do casal quando necessário; como o fez em relação a conflitos anteriores.

S.J.N, ao contrário do olhar desconfiado de sua mãe, apresentava um olhar ingênuo, queria conversar desde o primeiro contato e expressou com um sorriso tímido que queria estudar e um dia ser juíza. Um fato relevante é que ela não sabia da existência de uma universidade particular que ficava a poucos km da sua residência, o que demonstra como a segmentação social atua constantemente em noções de lugares de pertencimento e não pertencimento.

Assim, todas as mulheres entrevistadas afirmaram interesse em participar das atividades a serem realizadas com o projeto de extensão. Foi constatado um perfil econômico similar entre elas, pouca ou quase inexistente presença de afirmação da identidade racial, liderança no seio familiar e reafirmação de pertencimento comunitário.

Iniciamos as atividades com um café da manhã e logo após concretizamos a atividade intitulada: “como eu me vejo”. O objetivo da atividade era observar a forma como essas mulheres enxergavam a própria existência, a posição que se viam e como

se imaginariam em 10 anos. Com essa atividade foi possível identificar a criação de laços e o desenvolvimento emocional através da criação de bonecas que eram reflexos da imagem que elas mesmas tinham de si. Foi possível observar a dificuldade de reconhecer a sua própria imagem, sem influências externas provocadas pelo racismo, e também como a ausência de perspectiva é rotineira na vida das mulheres que possuem mais idade. Ainda assim, todas elas apresentam discorreram timidamente sonhos os tratando como improváveis.

Em homenagem ao mês da consciência negra, foi realizado um percurso com oficinas de turbantes acerca da história que mulheres africanas carregam há milênios com esses adornos. As mulheres mantiveram-se atentas e há uma nítida mudança no olhar das participantes por estarem mais próximas da sua ancestralidade e resgatando aos poucos a sua identidade. Para muitas, foi a primeira vez que tiveram a oportunidade de exaltar a sua feminilidade, o que provocou estranhamento ao se observar no espelho.

Restou perceptível o aumento gradual, porém significativo, da autoestima, principalmente quando analisada a atividade de maquiagem e oficina de turbante, na qual, de acordo com relatos das próprias mulheres, a maioria nunca havia sido maquiada por uma profissional e enxergaram beleza nelas a partir disso. Além disso, após a oficina, muitas passaram a utilizar o turbante em seu dia a dia, sendo um exemplo expressivo, o fato de uma delas ter sido modelo de uma propaganda utilizando a amarração de turbante ensinada.

Entre os resultados obtidos, foi notório que o projeto não abrangeu apenas a mulher participante, mas também a família, praticando um dos princípios elencados no Mulherismo Africana que é a centralidade na família.

## 2.2 AUTODEFINIÇÃO E AUTONOMIA NO MUNICÍPIO DE LARANJEIRAS E QUILOMBO MUSSUCA

Em visita técnica realizada no Município de Laranjeiras, durante o evento cultural mais importante da cidade, do ponto de vista popular e histórico, a manifestação cultural “Lambe Sujo x Caboclinhos” tem participação e envolvimento de toda a comunidade. Os atos realizados durante as 12 horas remetem a época do Brasil Colônia, com a figura dos seguintes personagens históricos: Mãe Suzana, o feitor, os negros com a foice na mão, os embaixadores, Pai Jucá e os índios. O enredo gira em torno de um combate, trazendo quesitos de uma possível revolução dos negros escravizados. Os populares saem as ruas recitando o seguinte canto:

“ Samba, nego,

Branco não vem cá.

Se vier, pau

Há de levar.”

Mãe Suzana é a retratação da mulher africana que cuida da comunidade e é muito respeitada: ou seja, enfatiza a forte presença da mulher nas comunidades e igualdade de papéis com os homens. Mãe Suzana é aquela que interfere nos conflitos que existem, a fim de lutar pelos seus.

Às margens da BR-101, o povoado Mussuca apresenta uma população estimada em 2 mil habitantes. Nesta comunidade, é possível observar que ainda é predominante no âmbito da construção civil a produção de casas de “taipa”. Segundo populares, a técnica de construção de paredes e muros é datada na África muito antes da colonização europeia e consiste em comprimir a terra em volta de madeiras, num formato quadrangular.

No Quilombo Mussuca foi possível observar com mais facilidade a presença da prática ancestral e os cuidados comunitários que advém das tradições do continente Africano, principalmente no que concerne ao samba de pareia e a rica tradição da meladinha. O povoado da Mussuca está localizado no Município de Laranjeiras no Estado de Sergipe e recentemente foi reconhecido como uma comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Palmares<sup>5</sup>. O

5 A Fundação Palmares é uma fundação cultural criada com o objetivo de promover, proteger,

cercos comunitários são prova de resistência, posto que serviu durante o período colonial escravagista, como refúgio para africanos. É possível observar semelhanças com as tribos africanas a partir da estrutura das casas, onde grande parte delas, por pertencerem à mesma família, não possuem muros, cercas ou portões.

Através de estudiosos e pessoas que contribuíram historicamente e culturalmente para a memória do Quilombo da Mussuca é possível apontar algumas tradições remotas desde o período colonial e que passam de geração em geração sobrevivendo até o dia de hoje, a exemplo da famosa “meladinha”.

Quando nasce um bebê na comunidade quilombola da Mussuca, as mulheres do Samba de Pareia tem a missão de homenagear a mãe e a criança, dançando e tomando meladinho. O meladinho é uma bebida preparada com mel de abelha, canela, arruda, cebola branca e cachaça. Para a parturiente é preparado um pirão de galinha feito com ervas visando trazer para a mãe força, virtude e longevidade.

## 2.3 FOTOGRAFIAS

Seguem abaixo, sequência de fotos selecionadas para enfatizar as atividades desenvolvidas no período de 2018 a 2019:

---

preservar e ampliar as manifestações culturais negras. Além disso, atuando com o objetivo de combater o racismo, contribuindo com os direitos da população negra. É possível encontrar mais informações no site oficial da fundação: “<https://www.palmares.gov.br/>”.

**FIGURA 1** - Visita ao Museu Afro-Brasileiro de Sergipe localizado na cidade de Laranjeiras/SE.



Fonte: arquivo pessoal.

**FIGURA 2** - Visita à Sociedade de Culto Afro Brasileiro Filhos de Obá em Laranjeiras/SE.



Fonte: arquivo pessoal

**FIGURA 3** - Visita à Sociedade de Culto Afro Brasileiro Filhos de Obá em Laranjeiras/SE.



Fonte: arquivo pessoal

**FIGURA 4** - Participantes do projeto na Oficina de Turbantes e Maquiagem no “Mini shopping” da Universidade Tiradentes – Farolândia, Aracaju/SE.



Fonte: arquivo pessoal.

## CONCLUSÃO

As atividades foram desenvolvidas com o objetivo de ir além dos muros da universidade, de valorizar não apenas saberes estritamente acadêmicos, teorizados em sua grande maioria por pessoas brancas numa perspectiva eurocêntrica. Por isso, a busca em utilizar da pesquisa extensionista, da aproximação com comunidades e das experiências não priorizadas pela academia.

A estruturação do projeto, organização, a pesquisa teórica e as atividades práticas e empíricas juntas conseguiram propiciar um retorno positivo e satisfatório para todos os sujeitos envolvidos, participantes e idealizadores do projeto. Das mulheres negras participantes do projeto notou-se o aumento da autoestima, novas perspectivas futuras para suas vidas, aumento do conhecimento sobre sua própria cultura e um maior entendimento sobre sua identidade enquanto mulher negra e mulher negra parte de um coletivo/comunidade.

Além disso, a desmistificação sobre o que a sociedade impõe sobre as religiões de matriz africana e tudo que as cerca. A ideia de que é possível alçar caminhos muitas vezes distantes da realidade também imposta socialmente à mulher negra, não mais sendo vista como subserviente e não capaz de

realizar seus sonhos e aspirações.

E o próprio contato com aspectos da teoria Mulherismo Africana. Ela pôde ser vista e vivida em todas as fases e atividades, desde o início dos estudos teóricos até a finalização do projeto. Sendo assim, percebe-se que é possível fazer pesquisa utilizando de um outro olhar e, mais importante, prática, com atenção às subjetividades e particularidades, ainda mais quando elas são socialmente julgadas, excluídas e menosprezadas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASANTE, MolefiKete. Afrocentricidade: Notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org.). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009. p. 93-110.

ASANTE, MolefiKete. Afrocentricidade. Rio de Janeiro: Afrocentricidade Internacional, 2014.

CARNEIRO, Sueli. A construção do outro como não-ser como fundamento do ser. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <<https://repositorio.usp.br/item/001465832>>. Acesso em: 09 ag. 2021.

DIOP, Cheikh Anta Diop. A unidade cultural da África Negra. Tradução Sílvia Neto. Luanda: Edições Mulemba, 2014.

DOVE, Nah. Mulherismo Africana: Uma Teoria Afrocêntrica. Universidade Temple. Tradução de Wellington Agudá. Jornal de estudos negros, v. 28, n. 5, maio 1998.

FANON, Frantz. Pele negra, máscaras brancas. Salvador: EDUFBA, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. Currículo sem fronteiras, v. 12, n. 1, p. 98-109, 2012. Disponível em: <[http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5\\_Gomes\\_N%20L\\_Rel\\_etnico\\_raciais\\_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf](http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2021.

MOORE, Carlos. A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. Revista Afrodiáspora, v. 3, n. 6-7, p. 41-49, 1985. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod\\_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz\\_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%Aancia%20cultur%20negra.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4408010/mod_resource/content/2/NASCIMENTO-Beatriz_O%20conceito%20de%20Quilombo%20e%20a%20resist%C3%Aancia%20cultur%20negra.pdf)>. Acesso em: 14 jun. 2021.

NJERI, Aza; RIBEIRO, Katiúscia. Mulherismo Africana: práticas na diáspora brasileira. In: Currículo sem Fronteiras. v. 19. n. 2, p. 595-608, maio/ago. 2019. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/2d47/dfa528d9af54df758d0cc6cce91f0afcc9e7.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2021.

NOGUERA, Renato. Afrocentricidade e educação: os princípios gerais para um currículo afrocentrado. Revista África e Africanidades, Ano 3, n. 11, nov. 2010.

OYĒWÙMÍ, Oyèrónké. A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. 1 ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2021.

SANTOS, Neusa de Souza. Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo.  
Educação e pesquisa, v. 29, p. 167-182, 2003.  
Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ep/a/>

URASSE, Anin. Uma introdução aos 18 princípios do Mulherismo Africana. In: Coleção Pensamento Preto: epistemologias do renascimento africano. Vol. III. São Paulo: Diáspora Africana, 2019.